

CEAM- NEAGRI, ICS – Departamento de Sociologia , CDS - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Mestrado em Agro negócio, Mestrado em geografia

*Seminário*

*“Associativismo, cooperativismo, economia solidária no meio rural”*

27 de setembro de 2005

**Organizações e dispositivos coletivos dos agricultores familiares no Nordeste do Brasil**

Eric Sabourin (UnB, Depto de sociologia, Cirad UR Arena)

**Resumo:** Nos últimos anos, novas formas de ação coletiva dos agricultores do Nordeste têm sido implementadas entre as comunidades camponesas e rurais e as organizações dos produtores familiares (associações, cooperativas e sindicatos). Trata-se dos bancos de sementes, dos fundos rotativos e consórcios, dos grupos de agricultores experimentadores, dos grupos de comercialização em comum. A comunicação analisa a origem, os fatores de emergência e o funcionamento dessas iniciativas locais, assim como as suas relações com o movimento social e as instituições públicas. Esses grupos se caracterizam como dispositivos coletivos de manejo de recursos naturais comuns (água, floresta, pastagens, sementes) ou de produção de bens públicos (educação, informação, inovação, acesso à mercados específicos). No Nordeste, e em particular no Estado da Paraíba, vários desses dispositivos têm lutado junto com a sociedade civil organizada em fóruns híbridos, redes e articulações (semi-árido, água, sementes) para conseguir um reconhecimento ou um apoio por parte dos serviços públicos. O trabalho analisa os ensinamentos e limites dessas novas formas de interação entre ação coletiva dos agricultores e as políticas públicas. Interroga a noção de economia solidária e, sobretudo a origem dos valores humanos associados às relações interpessoais nestes dispositivos coletivos.

**Palavras-chave:** organizações de agricultores, políticas públicas, dispositivos coletivos, reciprocidade, Brasil.

**Abstract:** Last years, new forms of collective action among Northeast smallholders have been developed by peasant communities and family farmer's organisations (associations, cooperatives, trade unions). This is the case of seeds banks, revolving funds, farmers' experimentation groups, alternative marketing groups. The paper analyses the origins, the growing factors, the impact of these local or regional initiatives and, also, their relationship with social movements on one hand and with public institutions on the other hand. These small holders groups constitute collective devices for natural resources management (water, grazing, forest, seeds and bio-diversity) or for public goods production (information, training, access to innovation and to specific markets). In the Northeast, particularly in the State of Paraíba, several of these experiences have mobilised social and socio-professional networks among civil society. They led to the expression of some claims through hybrid forums or commissions (water, seeds, semi-arid) in order to get a public recognising or, better, a public

support, from State institutions. The authors analyse the first teaching and limits of these new forms of interaction between rural and peasant collective action and State public policies. The notion of solidarity economy is questioned, and, especially the problem of the origin of human values associated to interpersonal relationship in this kind of collective institutional devices.

**Key words:** peasant organisation, public policies, institutional devices, reciprocity, Brazil

## Introdução

O artigo analisa fenômenos recentes de emergência de novas formas de organização ou de cooperação entre agricultores familiares no Nordeste. Trata-se dos bancos de sementes, dos fundos rotativos e consórcios, dos grupos de agricultores experimentadores, dos grupos de comercialização em comum. Esses grupos têm em comum o fato de assumir funções de manejo de recursos naturais comuns (água, floresta, pastagens, sementes) ou de produção de bens públicos (educação, informação, inovação, acesso a mercado). Essas iniciativas e experiências têm se desenvolvido em comunidades camponesas e rurais, junto a organizações formais dos produtores familiares (associações de produtores, cooperativas e sindicatos de trabalhadores rurais) ou junto a articulações regionais da sociedade civil. Os resultados aqui apresentados provem da pesquisa « Políticas públicas e apoios institucionais às agriculturas familiares », realizada pelo Cirad, pela Universidade Federal de Campina Grande, a Embrapa Semi-Árido e por uma rede de ONG's e de organizações de produtores do Nordeste semi-árido entre 1998 e 2003.

A metodologia geral é empírica e propõe uma abordagem comparativa da origem, do funcionamento e das estratégias institucionais desses atores coletivos e do seu reconhecimento ou apoio por serviços públicos ou por instrumentos de políticas públicas. As diversas estratégias são realçadas pela análise das práticas e das representações dos atores.

**A maioria dessas experiências está sendo assumida por meio de diversas formas de organização dos agricultores; utilizo, portanto, o termo genérico de “dispositivos coletivos ou institucionais” no sentido dado por Mormont (1996): arranjos e configurações entre atores de diferentes tipos numa perspectiva de regulamentação.**

A primeira parte do texto lembra o contexto de emergência dessas iniciativas e apresenta alguns exemplos de dispositivos coletivos, assumindo funções de interesse geral ou comum. A segunda parte identifica algumas características desses dispositivos coletivos; a terceira parte trata da sua interação com a ação pública, e a quarta tira lições e ensinamentos dessas experiências.

## 1. Evoluções recentes dos novos atores coletivos do Nordeste Rural

As transformações e a modernização da agricultura, em particular da agricultura camponesa e familiar, estão ligadas, entre outros, a processos de ação coletiva e a diversas formas de organização dos agricultores (Abramovay, 1999; Sabourin, 1999). Essa diversificação das iniciativas e das oportunidades de organização de atores coletivos no meio rural corresponde tanto à abertura de espaços de expressão e emergência de identidades diversas (sem terra, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, catadoras de babaçu, etc) como a uma evolução das políticas públicas.

As novas formas de governança do desenvolvimento rural no Brasil caracterizam-se por três tipos de processos interligados: o desengajamento do Estado de certos apoios diretos à produção agropecuária familiar (em termos de infra-estruturas, comercialização, assistência

técnica, capacitação e crédito); a segmentação das políticas públicas em programas específicos, mais de ordem social que produtivos (pobreza rural, meio ambiente, gênero, jovens, assistência social, segurança alimentar), e, mais recentemente a abordagem territorial e participativa. Neste contexto, frente ao desengajamento e às carências do Estado, os coletivos ou as organizações de agricultores passam a assumir novos papéis. Eles são mobilizados em particular, em dois tipos de circunstâncias: i) para assumir funções de interesse geral que eram antes da responsabilidade do Estado ou que deveriam sê-lo, ii) para participar da elaboração ou da gestão de projetos ou programas de desenvolvimento local, territorial ou de manejo de recursos naturais (Sabourin *et al.*, 2004).

Essas iniciativas cabem tanto às organizações formais e às suas federações (sindicatos, cooperativas e associações de produtores) como não formais (comunidades, grupos de ajuda mútua, bancos de sementes, consórcios, grupos de interesse), e as redes, em particular os fóruns híbridos e articulações associando indivíduos, organizações e empresas, conselhos, etc. (Sabourin, 2003; Sabourin *et al.*, 2004).

Existe assim, uma evolução progressiva dos coletivos dos agricultores. Tomam iniciativas, assumem uma postura de proposição ou de gestão e não apenas de reivindicação; vêm negociando reconhecimentos e apoios por parte do setor público. Essas iniciativas têm a ver, em particular, com o manejo compartilhado de recursos naturais comuns e com a produção de bens públicos locais de interesse geral.

### **1.1. Os fundos de pasto da Bahia**

No Nordeste do Estado da Bahia, pastagens comuns na caatinga (os *fundos de pasto*) puderam ser preservadas graças a um projeto da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária da Bahia nos anos 1980. Essa intervenção foi obtida por um movimento dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região de Juazeiro, apoiado pelo Bispo de Senhor do Bonfim e a Comissão Pastoral da Terra. Tratou-se de por fim a invasão ilegal (grilagem) dessas áreas comuns por meio de um programa de reconhecimento de propriedades coletivas em favor das comunidades camponesas que as manejavam tradicionalmente e sem nenhum estatuto jurídico legal. Para tanto, o projeto incentivou a criação de associações comunitárias de criadores, entidades jurídicas reconhecidas, às quais os pastos comuns indivisos, recenseados e cadastrados, foram atribuídos mediante o estabelecimento de títulos de propriedade coletiva.

Várias associações foram criadas entre 1982 e 1987. Nove delas<sup>2</sup> foram confederadas em 1989 em uma organização supra-comunitária, o Comitê das Associações Agropastoris de Massaroca (CAAM). Constituída como instrumento de defesa dos interesses coletivos, o Comitê elabora um projeto de desenvolvimento local da região de Massaroca (Tonneau *et al.*, 1988; Tonneau, 1994). Este compreende a mobilização de recursos para a implantação de infra-estruturas, de ações de apoio à produção através da atribuição de créditos e de intervenções sociais e culturais, em particular em matéria de formação e de educação.

Sete das nove comunidades do CAAM dispõem de áreas de Fundo de Pasto. Elas representam cerca de uma centena de hectares por família. Mas no momento, somente as comunidades de Lagoinha, Cachoeirinha e Curral Novo possuem um título de propriedade (Tabela 1). Em duas comunidades, Cipó e Caldeirão do Tibério, o Fundo de Pasto está delimitado, mas em razão de litígios, o título de propriedade ainda não está registrado. Os trabalhos de cadastro não puderam ser realizados nas comunidades de Lagoa do Meio e Juá, o entanto, dotadas de associações.

**Tabela 1: Repartição das terras em 4 comunidades da região de Massaroca em 1995.**

Comunidades	Fundos de Pasto (ha)	Áreas individuais legalizadas (ha) <sup>1</sup>	Total (ha)	Situação legal	Nº de famílias
Cachoeirinha	1.336,58	811	2.150	Litígio	10
Curral Novo	1.393,65	546	1.940	Titularizadas	20
Cipó	1.203,65	243	1.446	Litígio	13
Lagoinha	2.246,41	847	3.095	Titularizadas	27

Fonte: Instituto das Terras da Bahia (INTERBA), 1991.

Essas áreas coletivas reconhecidas (Tabela 2) foram beneficiadas pelo estatuto de terras da reforma agrária, facilitando às associações o acesso ao crédito e às infra-estruturas hídricas. Essa iniciativa permitiu preservar importantes áreas de caatinga, manter comunidades de criadores em sistema de pastagem extensiva e incentivar uma produção de caprino-ovinocultura de qualidade: o *bode* do Sertão (Sabourin *et al.*, 1995, 2001; Tonneau e Silva, 2004).

**Tabela 2: Áreas de fundo de pasto legalizadas em Massaroca (1999).**

Comunidades	Superfície comum legalizada (em ha)
Cachoeirinha	2.336
Caldeirão do Tibério	700
Canoa	120
Cipó	1.200
Curral Novo	1.396
Lagoinha	2.241
Lagoa do Meio	2.500
Total	10.493

Fonte: pesquisa junto ao CAAM, junho/2003.

Porém, houve um aumento da pressão sobre o recurso comum, por meio do crescimento dos rebanhos (Tabela 3). Os fundos de pasto estão ameaçados de serem aproveitados de forma desigual pelas famílias com grandes rebanhos, se essas não auto-limitam o seu acesso ou o número de animais. Existe uma grande diferença entre os pequenos criadores de Massaroca (50/60 ovinos ou caprinos) e as famílias que reúnem 1000 cabeças ou mais. De fato, o modelo dos grandes rebanhos associado as grandes fazendas, continua sendo uma referência forte. Em função das modificações do contexto (mercado, tecnologias, pluviometria, pressão demográfica e carga animal), os criadores de Massaroca se encontram de novo confrontados ao dilema da gestão das pastagens comuns. Fica para verificar se, mais uma vez, as comunidades vão encontrar modalidades de regulação institucional por meio da elaboração de novas normas de compartilhamento do recurso ou de reciprocidade (Ostrom, 1998).

**Tabela 3: Estimação da evolução dos rebanhos em três comunidades.**

Comunidade	Ovinos		caprinos		bovinos		Total UA	
	1995	2000	1995	2000	1995	2000	1995	2000
Cachoeirinha	300	2000	2700	3500	150	350	750	1450
Curral Novo	420	2500	2500	2500	60	400	660	1400
Lagoinha	500	1500	2500	4000	250	600	860	1700

Fonte: Pesquisa junto ao Comitê das Associações Agropastoris de Massaroca (1996, 2001).

1 bovino adulto = 1 Unidade Animal (UA) ; 1 pequeno ruminante = 0,2 UA.

<sup>3</sup> Geralmente, somente as terras já cercadas são legalizadas.

## 1.2. Bancos de Sementes Comunitários (BSC)

No Estado da Paraíba, os Bancos de Sementes Comunitários (BSC) da zona semi-árida cujo objetivo inicial era manter estoques de milho e feijão de um ano para outro, têm contribuído progressivamente para a conservação e recuperação de espécies locais e de cultivares adaptados aos ecossistemas e aos modos de consumo da região (Almeida e Cordeiro, 2001). Os BSC obtiveram um reconhecimento oficial da Secretaria de Agricultura do Estado para que assumam, nos municípios onde estão implantados, o programa público de distribuição e conservação de sementes. Isto permitiu a certas dessas estruturas informais passarem a existir e serem reconhecidas. Puderam assim encontrar novos recursos e, sobretudo, uma legitimidade institucional para continuar a sua dupla função de segurança alimentar e de preservação e valorização das variedades locais de feijão e milho, garantindo mais biodiversidade (Almeida *et al.*, 2002).

**Tabela 4: Evolução dos Bancos de Sementes Comunitários na Paraíba.**

Ano	Número BSC	Nº Famílias	Reserva em T	Nº Municípios	Nº Silos
1998	62	1 860	15		
1999	129	3 830	66,5		
2000	200	6 920	100,4	55	98
2004	220	7 145	162	55	488

Fonte, Pesquisa, 2005

Este reconhecimento se traduziu por acordos contratuais: Os BSC, lá onde existem, podem assumir a distribuição pública de sementes que vai da avaliação das necessidades à administração dos estoques e à sua redistribuição. A partir de 2002, mediante negociação da Comissão Sementes da Articulação do Semi-Árido/Paraíba (ASA-PB), o apoio público é repartido por 50% em sementes e 50% em recursos financeiros, de forma a permitir aos BSC de pré-financiar a compra de variedades locais junto aos agricultores segundo as necessidades, no conjunto da região e não apenas no nível local. Finalmente, uma lei do Estado da Paraíba legaliza a distribuição via os BCS, de sementes que não são obrigatoriamente certificadas por firmas especializadas. Isto representa uma fonte de satisfação e orgulho para os produtores, que até agora viam suas sementes tradicionais rejeitadas pelos órgãos oficiais como « grãos » impróprios para reprodução. Após períodos de seca, quando os BSC tinham esgotado suas reservas, eles dependiam, para plantar, de fornecimentos oficiais em variedades híbridas que, muitas vezes, chegavam tarde demais para um plantio eficiente, e além do mais davam origem a produtos que não podiam ser reproduzidos, deixando os produtores sempre dependentes de fornecimentos externos. O sistema de bancos comunitários passou a ser aplicado a outras espécies: inhames no Brejo da Paraíba, amendoim e gergelim no Curimataú, e até para um banco de esterco para a fertilização da batatinha em Lagoa Seca. Os BSC começaram também a armazenar sementes de leguminosas forrageiras (*gliricidia sepium*, *cajanus cajan*) e sementes de vegetação nativa da caatinga ameaçada, divulgando seus usos para alimentação humana e animal, bem como para remédios e fabricação de produtos sanitários (Diniz, 2002; Duque e Diniz, 2003).

## 1.3. Os grupos de agricultores experimentadores na Paraíba

Os grupos de agricultores experimentadores (A-E) foram criados nos anos 1998-2000 pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos Municípios (STR) de Remígio, Solânea e Lagoa Seca, no Agreste da Paraíba, com o apoio da ONG, As-pta (Assessoria e Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa). São constituídos localmente, a partir de agricultores familiares, que testam tecnologias, práticas ou espécies novas na sua propriedade de maneira voluntária, a

partir de uma programação coletiva. Eles se comprometem em socializar os resultados das experimentações a partir de visitas das suas propriedades e aceitam divulgar os métodos para outros agricultores, por meio de ações de treinamento, onde atuam como monitores. Inicialmente os STR e a As-pta tinham começado um trabalho de experimentação camponesa na região a partir de ensaios multi-locais e testes de comportamento, organizados por meio de grupos de interesse temáticos (fruteiras, batatinha, criação, fertilidade, sementes, etc) (Sidersky e Silveira, 2001). Mas essa abordagem não permitia programar e situar os experimentos em função do sistema de produção no seu conjunto e não valorizava tanto as relações de proximidade entre agricultores vizinhos. Os grupos de A-E, foram organizados geograficamente por agricultores de comunidades vizinhas, que compartilham as mesmas condições e sistemas de produção. A estrutura de apoio logístico local ao Grupo de A-E é o STR Municipal, mas pode passar também pelo intermediário de grupos da catequese ou de associações comunitárias, bancos de sementes (Tabelas 5 e 6). As visitas de estudo e de intercâmbio constituem momentos de aprendizagem privilegiados entre agricultores, técnicos e pesquisadores; são organizadas em torno dos experimentos ou de outras inovações regionais nos centros de pesquisa da região ou por outros agricultores (Sabourin *et al.*, 2003).

O acompanhamento é coletivo. A socialização final é realizada mediante uma reunião de avaliação dos resultados no fim do ciclo agrícola e nas festas de fim de ano civil. A sistematização e valorização científica dos resultados constitui um gargalo, sendo ocasionalmente assumida pela As-pta ou por pesquisadores das Universidades regionais.

**Tabela 5: Algumas atividades do grupo de A-E do Curimataú de Solânea em 1999.**

Mês	Atividade	n° part
nov. 98	Reunião de avaliação 1998 e planejamento 1999	40
Dez.98	II Festa dos agricultores experimentadores de Solânea e Remígio	80
jan.99	Visitas individuais AS-PTA/STR implantação dos experimentos e	15
	Atividade de plantio palma consorciada, desenho das parcelas e dos consórcios	11
	Dia de campo sobre luta contra erosão hídrica	20
Feb.99	Reuniões incluindo Sindicatos, AE, ASPTA e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária para elaboração dos critérios de monitoramento dos ensaios de amendoim	8
	Reuniões para discutir um fundo rotativo para palma consorciada	9
		20
Mar. 99	Distribuição amendoim, plantio e visitas a produtores de outras regiões	9
abr.99	Visitas de intercâmbio - sobre amendoim – às comunidades de Serrinha e Salgado do Souza	15
Mai 99	Visitas individuais da AS-PTA/Sindicatos aos ensaios de amendoim e palma consorciada	
Jun. 99	Visitas individuais da AS-PTA/Sindicatos aos ensaios de amendoim e palma consorciada	
jul. 99	Dia de campo Amendoim: com Embrapa, A-E, STR, AS-PTA, na comunidade de Salgado	80
Ago 99	Pesquisa AS-PTA/UFPB sobre fertilidade; colheita ensaios amendoim e gergelim	5
	Visita no Ceará sobre utilização de forrageiras nativas (criadores, Embrapa)	8
set. 99	Participação no Dia de Campo amendoim em Gravatá-Açú/Remígio	10
	Restituição do diagnóstico rápido e participativo de recursos hídricos	30
Out. 99	Visitas individuais AS-PTA/sindicato de avaliação sobre ensaios de amendoim e palma	11
	Preparação avaliação ensaios de amendoim com sindicato e AS-PTA	4
	Reunião de avaliação ensaios de amendoim na Embrapa/Campina Grande	8
	Participação formação (organizado pela AS-PTA) sobre desenvolvimento regional	8
Nov. 99	Reunião avaliação consórcios de Palma em Salgado do Souza	25
	Ia Festa dos Agricultores Experimentadores de Solânea na comunidade de Lagoa do Mato	120
Dez. 99	Reuniões e visitas para localização de barragens de terra no rio Bomsucesso	5
	Reunião de avaliação 99 e planejamento 2000	40

**Tabela 6: Atividades coletivas ligadas a experimentação em 2000.**

Comunidade	Famílias de A-E	Famílias de Bancos de sementes	Fundos Rotativos palma forr	Fundos rotativos cisternas	Associações comunitárias	Caixas de crédito	Grupos da Paróquia
1. Salgado do Souza	8		3		1		
2. Corrimboque							
3. Palma	5	13	3	1	1	1	
4. Bomsucesso	12	20	4	3	1		1
5. Goiana	7	12	2	3	2	1	
6. Fragoso	2	17	2	1			1
7. Pedra Grande	6			1		1	1
8. Capivara	1			1	1		
9. Açude Velho	-			1		1	1
10. Cacimba Várzea	-				1		1
11. Varjota	-			3			
12. Tanque Preto	-				1		1

Progressivamente, o processo evoluiu de uma lógica de participação dos agricultores a experimentação dos agrônomos, a uma lógica de acompanhamento dos agricultores pelos agrônomos para seus experimentos individuais e logo coletivos. Hoje, os agricultores experimentadores constituem uma rede regional apoiada logisticamente pelo Pólo Sindical da Borborema (tabela 7), recebendo via o pólo, uma capacitação e um acompanhamento metodológico da As-pta, da Asa-Pb e de centros de pesquisa. O objetivo continua sendo a construção de um dispositivo de inovação em parceria entre coletivos de agricultores e centros de pesquisa.

**Tabela 7: Evolução do n° de agricultores experimentadores (A-E) no Pólo Borborema.**

Ano	N° A-E	N° Grupos	Comunidades	Municípios	Tipo
1996	15	5	15	3	Grupos de interesse temático
1998	40	6	20	3	Grupos locais de AE
2000	100	7	25	3	Idem
2004	150	15	162	10	Rede dentro do Pólo Sindical

Fonte: Pesquisa junto ao PSB-PB e a Aspta, 2005

#### 1.4. Fundos rotativos para construção de cisternas

Há quinze anos, várias organizações de produtores apoiadas por ONG's e paroquiais estão difundindo cisternas para armazenamento das águas de chuva na região semi-árida. Trata-se de um sistema econômico (uns 800 reais para 15 a 20 m<sup>3</sup>), de cisternas cilíndricas e semi-enterradas feitas de placas finas de cimento pré-moldado (Sabourin *et al.*, 2002). A divulgação desse modelo foi acompanhada, em várias regiões, notadamente em todo o Estado da Paraíba, de diversas formas de crédito rotativo com caução solidária que vão do autofinanciamento total (tipo consórcio) ao reembolso parcial ou total do custo do material, a cisterna sendo geralmente construída pelos próprios produtores em sistema de mutirão, com pré-financiamento realizado com recursos externos e administrados internamente (Duque e Oliveira, 2003). Essas medidas de crédito e de autofinanciamento parcial têm um forte valor simbólico. Além dos argumentos em termos de autonomia, independência e responsabilização dos atores locais, elas oferecem uma alternativa ao clientelismo dos políticos locais que preferem distribuir gratuitamente poços, bombas e cisternas (ou água suja por caminhões pipa) para conseguirem benefícios eleitorais imediatos, sem se preocupar depois da manutenção desses equipamentos (Diniz, 2002; Duque e Cirne, 2001).

#### Quadro 1: Indicadores de construção de cisternas com fundos rotativos no Estado da Paraíba

##### ***Comunidade de Caiçara (Soledade-PB)***

11 cisternas em 2 anos (uma só financiada na origem)

##### ***Comunidade de Gamaleira (Massaranduba-PB)***

91 cisternas em 3 anos (10 + 15 = 25 financiadas)

##### ***Pólo Sindical da Borborema***

- Municípios de Remigio, Solânea, Lagoa Seca e Massaranduba

228 cisternas entre 1998 e 2000

328 em 2001

- Município de Esperança: 178 cisternas entre 1998 e 2001

##### ***Fundos rotativos no Estado da Paraíba (2005)***

- 20 000 famílias

- 1 800 comunidades

- 140 municípios

Desde 2002, a Articulação no Semi-Árido-Brasil/ASA-Brasil (federação das Articulações do Semi-Árido dos diversos Estados do Nordeste) negociou e obteve do Estado Federal um amplo programa de apoio às iniciativas de construção desse tipo de cisternas: o « *Programa de formação e mobilização social para a convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas/PIMC* » administrado por Unidades de Gestão da própria ASA em cada Estado. Isto não deixou de provocar protestos de certos executivos regionais (Quadro1). Na Paraíba toda, o PIMC é financiado pelo sistema dos « Fundos Rotativos Solidários » citado acima (Duque e Oliveira, 2003 ).

## **2. Características desses dispositivos coletivos dos agricultores**

### **2.1. Origens e emergência**

No Sertão Nordestino, a maioria das organizações de agricultores e de trabalhadores rurais tem suas raízes no movimento sindical camponês (Ligas Camponesas no fim dos anos 50, sindicatos de trabalhadores rurais dos anos 70) ou nas CEB's, Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (anos 60-80) às vezes, nos dois (Amman, 1985). A democratização dos anos 1980-90 favoreceu a autonomia dessas organizações com relação à tutela dos partidos, das igrejas ou dos políticos locais.

O fato de essas organizações terem progressivamente assumido funções coletivas de produção de bens públicos além da defesa dos interesses de classe ou de grupos sócio-profissionais se deve a dois elementos:

- à tradição sertaneja de sistemas de gestão comunitária de recursos naturais : água, pastagens, floresta (caatinga), sementes, terras, etc.
- às carências do Estado e das coletividades territoriais para assumir certos serviços e bens públicos de base no meio rural : educação, capacitação e extensão, assistência técnica, crédito.

Essas carências foram acentuadas pelo duplo fenômeno de descentralização das funções de apoio do Estado Federal sem transferência dos recursos correspondentes aos Estados e municípios, e de redução ou de privatização de serviços para a agricultura familiar (ATER). Finalmente, três mecanismos mais recentes vieram reforçar as modalidades de articulação entre iniciativas coletivas localizadas (quadro 2):

- a criação dos CMDR (Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural), para tomar as decisões relativas aos investimentos municipais em matéria de infra-estruturas coletivas introduzindo uma territorialização do desenvolvimento rural, com a implantação do PRONAF (Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar) em 1995 (Abramovay, 1999);



- a constituição de pólos sindicais reunindo os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de várias municipalidades (10 a 16) na escala da micro-região; o mais notável na Paraíba é o Pólo Sindical da Borborema;
- a criação de fóruns mistos e o engajamento de ONG's e de universitários junto aos movimentos sociais camponeses nessas articulações « híbridas »; vale citar em particular a Articulação do Semi-Árido/Paraíba (criada em 1993) e a Articulação no Semi-Árido/Brasil (criada em 1999).

## *Quadro 2: Tipologia dos novos atores coletivos no meio rural Nordestino*

Uma primeira série de iniciativas provém da federação de organizações sócio-profissionais de agricultores (associações comunitárias) ou do agrupamento de sindicatos municipais de trabalhadores rurais em « pólo sindical regional ».

O segundo tipo corresponde a dispositivos coletivos de agricultores sem estatuto jurídico, porém assegurando funções de interesse individual (familiar) e coletivo de apoio à produção e a outras funções de interesse comum ou público: bancos comunitários de sementes, grupos de agricultores experimentadores, grupos de crédito mútuo (consórcios e fundos rotativos).

A terceira forma de articulação é constituída pelos fóruns mistos da sociedade civil (também chamados de fóruns híbridos) reunindo organizações de agricultores, sindicatos agrícolas, como também representantes ou técnicos de ONG's, de universidades, de instituições religiosas e personalidades independentes, como a Articulação do Semi-Árido.

## **2.2. Principais características**

Nesses dispositivos coletivos ou institucionais encontramos quatro elementos recorrentes:

- i) são criados por grupos de agricultores para assegurar o apoio a uma produção familiar destinada ao mercado ou a fins domésticos (água, auto-consumo)
- ii) asseguram ao mesmo tempo outras funções (não mercantis) de interesse comum ou geral: preservação da biodiversidade, manejo da caatinga, segurança alimentar local, abastecimento em água, produção de referências e inovações técnicas, etc;
- iii) funcionam essencialmente na base de prestações gratuitas (ajuda mutua, mutirão, compartilhamento, redistribuição, etc) fundadas ou ainda regidas por regras de reciprocidade e associadas a uma identidade coletiva de origem camponesa;**
- iv) beneficiam de um reconhecimento ou de um apoio institucional ou financeiro público (municipal, estadual ou federal), essencial para o seu funcionamento, mas fonte de tensões entre ação coletiva e políticas públicas.

**Dispositivos coletivos locais de apoio à produção familiar:** essas iniciativas são importantes, e até essenciais no caso dos fundos de pasto, para a produção e a sobrevivência das unidades familiares. Os bancos de sementes e as cisternas associam um apoio à produção e segurança em termos de abastecimento em milho e feijão e em água potável. Por outra parte, esses dispositivos apenas têm existência e resultados em função do seu caráter coletivo. O sistema de manejo dos fundos de pasto funciona na escala da comunidade ou do distrito; o sistema de construção e funcionamento de cisternas e os bancos de sementes são associativos ou comunitários. Os Grupos de A-E reúnem (como os BCS às vezes) várias comunidades vizinhas. Esses dispositivos remetem, por tanto, no seu funcionamento e nos seus resultados, para escalas territoriais maiores que a unidade de produção: a comunidade ou varias comunidades (Fundos de pasto, BCS), o município (cisternas) ou o território regional (grupos de A-E e Pólo Sindical da Borborema).

**Dispositivos multifuncionais:** além do apoio à produção, o manejo dos fundos de pasto contribui para preservar, para as gerações futuras, áreas de caatinga, ricas em biodiversidade, e para assegurar a reprodutibilidade de um verdadeiro modo de vida em torno do sistema de criação extensiva de caprinos e ovinos. Os BCS contribuem para a conservação das variedades locais de milho e feijão e para a segurança alimentar. A coleta de águas de chuva reduz os custos de acesso ao lençol freático, o uso de sistemas de açudes abertos, e garante um acesso descentralizado e autônomo a uma água de qualidade, protegendo a saúde das famílias.

**Dispositivos de ajuda mútua fundados na reciprocidade:** Todas essas experiências se apóiam sobre práticas anteriores de ajuda mútua (trabalho, sementes) de manejo compartilhado de recursos comuns (pastagens, terras, água) e de redistribuição local da produção (grãos e pequenos animais). Essas práticas eram antes garantidas pelo respeito das regras de reciprocidade de origem camponesa (Mendras, 1976), impostas pela pressão social local ou pela autoridade dos mais velhos, patriarca ou coronel (Sabourin, 2000, 2003). O caso dos fundos de pasto mostra o sucesso da adaptação de formas e regras de reciprocidade camponesa numa estrutura institucional moderna e formalizada: a associação de produtores. Trata-se de um caso que, precisamente, pode ser associado ao fato social total de Mauss (1924), porque em realidade é tudo o sistema de produção e de vida do grupo que depende do respeito dessas regras comuns em torno do fundo de pasto. Mas as regras de reciprocidade nunca estão definitivamente estabilizadas, nem gravadas no mármore. Justamente, com o sucesso da experiência e a manutenção das famílias de criadores em Massaroca, apesar das secas, essas regras devem ser reajustadas com o aumento da carga animal e da pressão sobre o recurso. Geralmente, nas relações sociais hoje, essas normas são submetidas a concorrências das normas do intercâmbio ou do mercado capitalista, cada vez mais estendidas.

Essas experiências foram construídas socialmente e historicamente e continuam a depender de processos de aprendizagem institucional das diferentes regras e lógicas, na interface entre local e global.

As dificuldades defendem, também da confusão quanto à natureza dos sistemas, nesta interface entre princípios da reciprocidade e princípios do livre comércio capitalista.

A reprodução dos processos de reciprocidade depende de relações e de estruturas sociais e econômicas hoje ameaçadas. A sua atualização ou reinterpretação por meio de formas de organização de natureza essencialmente produtivista (associações e cooperativas) e reguladas pelo sistema de intercâmbio dá também lugar a tensões ou a conflitos de interesses (Sabourin, 2005, Temple, 1998).

### **2.3. A interação entre ação coletiva dos agricultores e políticas públicas**

Primeiro, a institucionalização desses dispositivos permite o seu reconhecimento público e, logicamente, isto contribui para a sua permanência ou para acessar apoios ou recursos públicos. Três elementos comuns aparecem ligados a esse processo de institucionalização, apesar das dificuldades:

- o uso das formas de organizações profissionais para institucionalizar o dispositivo;
- a negociação de apoio público mediante um movimento social amplo da sociedade civil;
- as tensões e contradições com as políticas públicas.
- O uso das formas de organizações profissionais.

As regras ancestrais de reciprocidade camponesa, em particular aquelas estabelecidas em torno do compartilhamento ou da redistribuição de fatores de produção (terras, trabalho) ou de recursos comuns (água, saberes, técnicas) não respondem mais ao conjunto das

exigências da atividade agrícola e, sobretudo, as condições colocadas pela intervenção das políticas públicas. Evoluções ou adaptações são necessárias. As comunidades camponesas recorrem, portanto, a novas formas de organização propostas ou impostas pelos poderes públicos ou por agentes externos (Igreja, ONG's), para assumir novas funções. Da mesma maneira, a integração progressiva a sociedade nacional e ao mercado de intercâmbio (administração, escola, serviços técnicos, bancos) levaram as comunidades a dotarem-se de novas estruturas de representação, de cooperação e de intercâmbio monetário.

**Com os fundos de pasto sendo ameaçados, a criação de associações de produtores permitiu resolver a obtenção de títulos de propriedade coletiva. O estatuto de associação de produtores permitiu aos BSC receber apoio público. Sem estatuto, os fundos rotativos de construção de cisternas têm mais dificuldade para institucionalizar suas praticas e transações. Porém, mesmo trazendo soluções, essas formas de organização profissional trazem novos problemas, porque não respeitam as regras de reciprocidade, sendo formatadas segundo o princípio do intercâmbio.**

#### **2.4. O apoio dos novos movimentos sociais**

As comunidades e as suas organizações de base não têm o poder de negociar diretamente apoios públicos e passam pelo apoio de movimentos sociais mais amplos. Nos anos 1980-1985 foi via aliança entre a Igreja Católica (CPT) e os sindicatos de trabalhadores rurais que negociou com o Governo Waldir Pires, o projeto “fundos de pasto” (Sabourin et al., 1995). Para os BSC e as cisternas na Paraíba, foi a Articulação Semi-Árido Paraíba, um fórum regional híbrido associando OP, STR, Igreja, ONG e personalidades, que assegurou a negociação com a Secretaria de agricultura e com o governo federal, criando a ASA Brasil, para negociar e manejar o Programa PMC 1 (Diniz, 2002 ; Sabourin et al., 2005).

Obviamente, para cada comunidade ou estrutura de base, isto supõe: i) compartilhar os benefícios com outras organizações, ii) participar de processos de delegação de poder de representação e de responsabilidades e iii) aceitar um mínimo de institucionalização das transações ou transferências de recursos, por meio de acordos ou de contratos. Esses três passos representam um importante processo de aprendizagem coletiva ou institucional: aprendizagem de conhecimentos, de posturas, de regras, de normas, mas também de valores: confiança, responsabilidade, justiça, etc. Tais fenômenos de aprendizagem de regras (contratos, gestão, mercados, formação de preços, contabilidade) contribuem para o fortalecimento das capacidades das organizações e para a sua progressiva autonomia das tutelas.

#### **2.5. Interesses e dificuldades da articulação entre ação coletiva e política pública**

Em termos de política pública, facilitar ou assegurar o funcionamento, a reprodução, ou mesmo a perenização desses dispositivos coletivos de interesse geral apresenta diversas vantagens de ambos lados. Para o Estado, além das economias em termos de custo de produção e/ou de gestão dos bens comuns ou públicos, trata-se de uma verdadeira oportunidade de delegar serviços mediante uma política pública baseada em relações contratuais (Sabourin, 2004). Para as organizações camponesas, todo apoio é bem-vindo para fortalecer suas iniciativas e sua capacidade de ação autônoma. De um ponto de vista experimental e teórico, esse tipo de interação constitui um exemplo de interface positiva entre princípios econômicos fundados nas trocas capitalistas e princípios econômicos regidos pela reciprocidade camponesa.

Não há nisso nenhum altruísmo camponês: essas prestações são assumidas pelos agricultores, é claro, por necessidade (às vezes de sobrevivência). Esses dispositivos se caracterizam por um acesso aberto a qualquer membro da comunidade ou da associação, portanto, reduzem o processo de diferenciação entre produtores. Com o tempo, certos agricultores aproveitam-se mais que outros das inovações e dos serviços. Geralmente, é o caso das famílias próximas das lideranças, dos técnicos, e obviamente, daquelas que beneficiam das melhores dotações em terras, mão de obra ou renda monetária complementar (aposentadoria ou salários de membros da família, migrações, etc) (Duque *et al.*, 2004). O apoio público enfraquece, também, os sistemas de ajuda mútua, introduzindo a mercantilização das prestações. Do lado das organizações encontra-se, muitas vezes, uma reprodução das mesmas práticas clientelistas e paternalistas que as da oligarquia política e fundiária. A aprendizagem ao nível das bases é ainda reduzida ou lenta demais para garantir uma crítica e um controle social (Sidersky *et al.*, 2004).

Após alguns anos de acompanhamentos desses dispositivos, constata-se as mesmas tensões devidas a rupturas e descontinuidades dos programas públicos, as diferenças de ritmo e de prioridade econômica ou social em termos de investimento entre os formuladores das políticas públicas e as organizações rurais, mas também, a falta de compromisso ou de competências dos serviços técnicos públicos ou das empresas privadas contratadas.

Sempre existe o risco de manipulação pelos poderes políticos locais, por vieses assistencialistas ou clientelistas. Pode ser também pelos interesses dos consultores técnicos remunerados por produto ou pela porcentagem do montante dos empréstimos negociados entre o banco e o agricultor (Duque & Cirne, 2001). Por exemplo, existem tensões entre a Articulação do Semi-Árido/Paraíba e o governo quanto ao ritmo do programa de construção de cisternas. Assim, o governo exige prazos extremamente limitados entre a liberação dos recursos e a prestação de contas, prazos que, segundo a ASA/PB, não são compatíveis com o trabalho educativo que caracteriza o programa nesse Estado, onde houve uma decisão coletiva de realizar o programa organizando grupos que administram os recursos pelo sistema dos Fundos Solidários Rotativos (Duque e Oliveira 2003). Além do mais, para a aprendizagem de todo o processo de construção das cisternas e de manejo dos fundos rotativos, prazos apertados não permitem o trabalho necessário de mobilização, conscientização e capacitação.

Por outro lado, a possibilidade do governo repassar recursos às prefeituras para realização de uma parte do programa, isto num ano eleitoral e a dois anos de eleições gerais, causou grande preocupação. Para a sociedade civil paraibana, a distribuição gratuita de cisternas construídas por firmas privadas com altos custos, representa uma verdadeira regressão: i) o fim dos programas de capacitação para autoconstrução, ii) o risco dos beneficiários deixarem de se sentir responsáveis e iii) a volta do clientelismo político.

### **3. Ensinaamentos e limites dessas experiências**

Os ensinamentos são primeiramente metodológicos: eles têm a ver com a reprodutibilidade, desses dispositivos ou os princípios e as técnicas eventualmente adaptáveis para instrumentos de intervenção pública. São institucionais e políticos, colocando a questão da parceria privado-público, da participação popular e a da cooperação entre ação coletiva e ação pública. São, também, epistemológicos, em particular em torno das bases teóricas de noções como economia solidária ou capital social.

#### **3.1. Impactos e limites**

As interações entre ação coletiva e ação pública começaram a se concretizar sob a pressão das organizações camponesas: sindicatos, associações, ONG's, paróquias e mais

recentemente dos mencionados fóruns híbridos. Por exemplo, a ASA-Brasil obteve o Programa Um Milhão de Cisternas para todos os Estados do Nordeste, enquanto a ASA/Paraíba conseguiu o apoio público aos Bancos Comunitários de Sementes. Nos dois casos, uma Coordenação Executiva formada de representantes das entidades membros foi a instância que negociou e obteve os apoios desejados. Os pólos sindicais e as paróquias estão na origem do reconhecimento dos pastos comuns na Bahia. A antiga “Articulação Água” (que integrou depois a ASA) contribuiu para a institucionalização dos Comitês de Bacia em vários Estados do Nordeste, e para impedir o projeto de transposição do Rio São Francisco.

Uma das explicações reside na carência de representação das comunidades rurais da zona semi-árida. O município - que constitui a malha administrativa e sócio-política de base - é muitas vezes, muito amplo (5.000 a 10.000 km<sup>2</sup>). Pode assim reagrupar várias dezenas, e até várias centenas de comunidades rurais. Estas só podem obter reconhecimento jurídico e representação oficial mediante a constituição de associação comunitária de produtores cujo estatuto, ao mesmo tempo ambíguo pouco adaptado, consiste em captar e depois gerir infra-estruturas e equipamentos de interesse produtivo (tratores, irrigação, silos), social (escola, postos de saúde, etc.), ou mistos (energia elétrica, poços, bombas, casas de farinha<sup>2</sup>).

Ao contrário, nas áreas densamente povoadas e urbanizadas do Agreste, os municípios são de tamanho reduzido demais para assumir certos investimentos coletivos (adução de água, eletrificação, frigoríficos, matadouros). Nesse caso, as organizações e grupos de produtores já engajados em dispositivos coletivos de produção ou gestão de bens públicos têm um papel determinante em matéria de intermunicipalidade.

Esses exemplos colocam a idéia da reprodutibilidade desses dispositivos como eventuais instrumentos de políticas públicas, ou em outros termos, a questão da mudança de escala. E o caso, por exemplo, do Pólo Sindical da Borborema, que congrega os sindicatos de trabalhadores rurais de 16 municípios e tenta, com dificuldade, manter ou procurar recursos para o acompanhamento da rede de agricultores experimentadores inicialmente assumida na escala de três municípios, com um o apoio mais próximo da As-pta.

De fato, nem todas as experiências locais bem sucedidas são transferíveis para outros locais, nem são reprodutíveis em outras escalas ou apenas a partir da iniciativa de políticas públicas. Pois, uma característica fundadora desses dispositivos é, precisamente, a construção social institucional e histórica de uma parceria entre organizações de agricultores e governos; isto não é fácil, nem rápido.

A negociação de projetos entre OP, governos, agências financiadoras ou de cooperação está ainda marcada pela assimetria de informação, de competências e, portanto, de poder de decisão. Não se pode pensar tais dispositivos se não fossem atrelados a ações de capacitação, de criação de competências nas organizações de agricultores, realizadas « in loco », pela prática e em alternância (com o trabalho cotidiano). Tais processos de capacitação permitem reduzir a assimetria, promover recursos humanos locais e limitar a sua dependência dos aparelhos dos seus próprios movimentos.

Neste sentido as experiências de produção de conhecimento, de inovação e de aprendizagem como a rede de agricultores experimentadores ou a universidade camponesa na Paraíba, permitem sistematizar, sociabilizar e valorizar, conhecimentos e saber-fazer numa linguagem adaptada aos agricultores como aos agentes rurais. As Escolas Famílias Rurais (CFR, EFAS) ou o Curso de agente de desenvolvimento por alternância da Escola Agro-técnica de Unai-MG, constituem também exemplos.

---

<sup>2</sup> Isto explica até a multiplicação de casas de farinha em lugares do Nordeste onde não tem mais cultivo de mandioca, para usar a casa como local de reunião, armazém, escola ou capela.

### 3.2. Novas relações entre sociedade civil e Estado

Essas novas relações testemunham que a atitude exclusiva de reivindicação das ONG's e organizações de produtores, frente ou contra o Estado está sendo pouco a pouco superada. Essa atitude, freqüente nos anos 70-80, era consequência da ditadura militar, mas também do clientelismo político.

Por outro lado, o apoio do Estado aos dispositivos coletivos dos agricultores também constitui uma nova forma de resposta à complexidade crescente das políticas públicas utilizando-se de relações contratuais negociadas. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, existia o risco de desvio em direção a uma substituição das funções de base do Estado pela sociedade civil. No governo Lula da Silva, acontece talvez o contrário a exemplo do debate sobre o modelo de Assistência técnica agrícola e extensão rural (ATER). No Ministério do Desenvolvimento Agrário, houve quem defendeu a idéia de uma volta ao serviço público federal integral com a reconstituição da Embrater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, fechada em 1990); outros defendem a alternativa da privatização, outros do credenciamento de entidades privadas ou coletivas (cooperativas, ONG's, associações de agricultores), ou ainda de um sistema misto, tal como parece prevalecer hoje no seio do MDA. Existe de fato, um debate ao nível das funções de produção e divulgação de inovação agrícola. Por exemplo, como multiplicar variedades locais via bancos comunitários de sementes? Uma das propostas passa por um acordo de cooperação entre os BCS e a pesquisa agrônômica via grupos de agricultores experimentadores reconhecidos como agentes de produção de sementes locais. Um apoio financeiro público a este tipo de interação poderia ser um passo importante.

Existe a questão da política de reforma fundiária. O falso debate entre reforma agrária, redistributiva ou pelo mercado, além de ser, muitas vezes, ideológico<sup>3</sup>, esconde o fato de não experimentar outras formas de acesso a terra: o arrendamento, com um verdadeiro estatuto do arrendatário ou a propriedade comum, como nos fundos de pasto da Bahia.

#### Que formas de participação?

O governo Lula apostou na participação da sociedade civil. Frente aos futuros processos eleitorais e aos desafios sócio-políticos, será que têm a condição de manter uma política participativa que exige investimentos no tempo e prazos maiores para medir resultados concretos? (Callon *et al.*, 2001)

Além dos riscos habituais de manipulação e de instrumentalização em torno dos métodos ditos participativos (Chauveau, 1994; Olivier de Sardan, 1995), as práticas em matéria de mediação Estado/população mostraram claramente que é da própria natureza da decisão política, contribuir a fazer emergir ou validar escolhas (Lagroye, 2001; Berten, 2003). A arte de governar é conseguir tornar válidos acordos sócio-políticos ou institucionais.

O Pólo Sindical da Borborema na Paraíba desenvolveu um amplo programa de diagnóstico dos seus 16 municípios como base de um Plano Participativo de Desenvolvimento Territorial da região. Um apoio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (Duque e Diniz, 2004) foi negociado para desenvolver este plano e alguns desdobramentos. Mas o processo está passando por tensões por causa da rigidez do modelo de assessoria financiado pelo MDA-SDT. O consultor do MDA é remunerado por produtos, portanto, aplica as etapas da sua metodologia,

---

<sup>3</sup> As duas formas são ineficientes, porque a fiscalização e a administração são ineficientes e as duas supervalorizam o preço da terra e aquecem, o mercado fundiário, porque existe pressão da demanda e incapacidade de controle, quando não complacência do Estado.

independentemente dos passos já realizados pelo Pólo (diagnóstico, comissões temáticas). As tensões levam a choques com os executivos municipais. Por outra parte a consultoria do SDT, para não compartilhar métodos e debates, preferiu afastar do processo as entidades da sociedade civil, parceiros históricos do pólo sindical, inclusive as que vêm pré-financiando os recursos prometidos pelo MDA-SDT.

Será que o governo apostou realmente na participação da sociedade civil? Os movimentos sociais e as organizações de agricultores que foram cooptados ou chamados pela nova administração têm o sentimento de terem sido cortados das suas bases sem ter conseguido ser escutados nas suas recomendações ou propostas pelas políticas públicas.

Existe uma interrogação, com relação às esperanças levantadas pelas conferências e consultas nacionais em termo de meio ambiente, desenvolvimento rural e ATER, não tanto, pelas dificuldades da herança ou do ambiente institucional, mas porque são repetidos os mesmos erros do passado. Além disso, após dois anos de colaboração com o governo que contratou, às vezes, seus melhores quadros, as organizações sociais encontram-se desestabilizadas ou desestruturadas em termos de mobilização social.

Por outra parte, o interesse é oferecer um espaço público para a expressão das tensões entre movimento social, políticos locais e poderes executivos. Essas tensões são múltiplas no Brasil em geral, e no Nordeste em particular, em primeiro lugar para o acesso à terra, à água, mas também para o crédito e as estratégias de desenvolvimento local. Quando se trata de realizar os programas ou de assegurar um serviço público, as tensões e as contradições são bem mais fortes do que quando se trata de fazer escolhas ou de programar prioridades.

### **3.3. Como e porque tornar esses dispositivos perenes?**

Tais dispositivos coletivos ou institucionais (Mormont, 1996): asseguram junto com a produção familiar agropecuária, a produção de bens públicos. São, geralmente fundados em relações de reciprocidade (estruturas bilatérias ou ternárias de ajuda mútua ou de compartilhamento) e produzem valores humanos de confiança, responsabilidade, justiça.

Uma alternativa de política de desenvolvimento endógeno e auto-centrado, consiste em apoiar a sustentabilidade e a perenidade desses dispositivos coletivos de interesse público. Pode ser a partir do seu reconhecimento jurídico, de capacitação, de apoio financeiro para seu funcionamento. Fortalecer a institucionalização e a reprodução desses dispositivos coletivos constituiria uma forma original de articulação negociada e contratual entre ação pública do Estado e a ação coletiva dos agricultores. Ofereceria quatro vantagens:

- manter as práticas e prestações coletivas necessárias para o apoio à produção agropecuária
- manter e reproduzir as funções sociais, ambientais, econômicas e culturais associadas a essas prestações coletivas gratuitas;
- manter o potencial de produção de valores humanos gerados por essas estruturas de reciprocidade;
- seria mais econômico para os cofres públicos que terceirizar essas funções e prestações a empresas capitalistas.

Além disto, tais dispositivos são multifuncionais: asseguram serviços ambientais, sociais e econômicos associados à produção agropecuária. Oferecem, assim, uma alternativa de política de reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura e dos espaços rurais fundada pela reciprocidade e não pelo intercâmbio capitalista, como foi o caso na Europa. Em vez de monetarizar e mercantilizar serviços já realizados pelo agricultor para dar lugar a uma remuneração individual, o apoio público (financeiro ou não), seria outorgado ao dispositivo institucional que mantém a estrutura de reciprocidade.

A política de multifuncionalidade da Europa transforma prestações de reciprocidade em relações de troca capitalista. Uma alternativa de política de multifuncionalidade para os

países do Sul seria manter e preservar as estruturas de reciprocidade, e até, transformar relações capitalistas em relações de reciprocidade (Sabourin e Djama, 2003; Sabourin e Coudel, 2004).

### **3.4. Economia solidária, capital social e valores humanos.**

Essas experiências rurais e nordestinas relevam da categoria da economia solidária?

Primeiro, do ponto de vista do seu interesse e funcionamento, os casos mencionados merecem o apoio das políticas públicas, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Secretaria de Economia Solidária ou do Ministério do Meio Ambiente. Pode ser por conta do manejo de recursos naturais, da produção de inovação ou de bens públicos locais, a título do desenvolvimento territorial ou da economia solidária, pouco importa.

Segundo, tudo depende da definição da economia solidária. São, se consideramos que as práticas de economia solidária mobilizam recursos híbridos, oriundos da economia mercantil (intercâmbio), da economia pública (redistribuição) e da economia não monetária ou gratuita (reciprocidade) (Eme *et al.*, 1996; Laville, 2002). De fato, são dispositivos fundados em prestações gratuitas ou de ajuda mútua, para realizar funções de apoio a produção agropecuária. Mas a verdadeira pergunta seria: qual é o diferencial explicativo trazido, nesses casos, pela noção de economia solidária, não do ponto de vista das políticas públicas, mas do ponto de vista metodológico ou teórico?

Como vimos, para preservar o funcionamento desses dispositivos ou para apoiar a sua reprodução, o importante, é conseguir manter as prestações gratuitas de ajuda mútua e as relações de compartilhamentos dos recursos, além de conseguir um reconhecimento institucional que permita uma interface, uma articulação com a administração e o mercado.

Portanto a pergunta é quais os mecanismos que ajudam a manter ou adaptar as regras dessas relações e estruturas, de reciprocidade e de redistribuição.

Polanyi (1944) introduziu uma teoria da pluralidade das formas da economia ou de alocação dos recursos. Identificou a reciprocidade e a redistribuição como formas de transações econômicas diferentes do intercâmbio. O que distingue a reciprocidade e a redistribuição do intercâmbio depende de códigos morais. Polanyi e Arensberg (1975) falam de uma economia « inserida » num sistema de valores que se impõe a oferta e a demanda. Os valores humanos, atrás desses códigos éticos, são dados e inseridos (*embedded*) nas estruturas e nas representações sociais: a religião, a cultura. Mas Polanyi não explica como são produzidos os valores nos quais seriam inseridas as prestações econômicas. São normas que caem do céu, que são transmitidas ou inculcadas pela sociedade? Defendemos a tese de Temple (1997), para quem esses valores humanos não são dados, mas devem ser constituídos e socialmente construídos. Eles são, precisamente, gerados e reproduzidos pela institucionalização das relações de reciprocidade e de redistribuição em estruturas não apenas sociais, mas também, econômicas, que ele qualifica de “estruturas de reciprocidade” (Temple, 1998).

Reconhecer, recuperar ou manter essas práticas significa, portanto preservar as estruturas sociais e econômicas – de reciprocidade e de redistribuição – que as fundam e os valores humanos que produzem, o que passa pelo reconhecimento do nome, do saber e do gesto dos atores locais, camponeses, artesãos e pescadores. Seu ser social, seu estatuto e seu prestígio dependem disso.

A diferença entre a análise de Polanyi (1944) e aquela do princípio econômico de reciprocidade proposto por Temple (1998) reside na origem dos valores humanos ou éticos que orientam as prestações. Polanyi e certos autores que se reclamam dele, como North (1977) ou do capital social, como Ostrom (1998) inserem os valores éticos no domínio da



competência privada<sup>4</sup>, ou nos fatos culturais que não tem nada a ver - ou muito pouco - com a economia. Para Temple, as estruturas de reciprocidade são estruturas econômicas.

De fato, nas sociedades rurais de hoje, diferentemente das sociedades humanas das origens, encontramos situações mistas, na medida em que, muitas vezes, o sistema do intercâmbio tem sido imposto progressivamente, chegando a sobrepor-se e a ocultar ou a paralisar as práticas de reciprocidade. Isto dificulta bastante o trabalho de análise. Por exemplo, as formas de reciprocidade bilateral ou simétrica são geralmente interpretadas como intercâmbios recíprocos ou trocas mútuas. As normas de reciprocidade ternária entre gerações são assimiladas aos interesses dos doadores (o seguro de vida das sociedades tradicionais). As formas de redistribuição pelo Estado (previdência social e aposentadoria) são interpretadas apenas pelo seu lado monetário como compensações, ganhos sociais ou complemento de salário, enquanto constituem as mais importantes, e talvez, as últimas, formas de reciprocidade centralizada generalizada de compartilhamento e de redistribuição ampliada nas nossas sociedades modernas.

De fato, além das confusões de conceitos e vocabulários entre disciplinas, existem confusões mantidas pela academia, como a de Lévi-Strauss sobre reciprocidade e intercâmbio, assim como o sucesso de noções polissêmicas, como capital social, economia solidária, etc. Nessas condições epistemológicas o método para diferenciar as prestações reguladas pelo princípio da reciprocidade daquelas governadas pelo intercâmbio, consiste em procurar identificar as polarizações econômicas das relações sociais, os valores produzidos e as estruturas de base que garantem a reprodução dessas relações e dos valores humanos.

A mobilização coletiva das organizações e das redes dos agricultores familiares pode, portanto seguir duas orientações. Por um lado, pode-se desenvolver apenas na base do sistema do intercâmbio capitalista. Pelo outro lado, as formas de organização dos agricultores, dos rurais e de outros atores sócio-econômicos, podem participar da reprodução ou da atualização de relações e estruturas econômicas e sociais de reciprocidade.

Um dos aspectos mais graves da confusão entre essas categorias e lógicas (mesmo tratando-se de categorias teóricas), mantida pela academia por meio de noções como a de capital social, é sem dúvida, o fato de justificar a mobilização de processos sociais apoiados em valores humanos de comunidades (aqui rurais), para favorecer, principalmente o desenvolvimento da economia neoliberal de intercâmbio capitalista.

## **A política de economia solidária no Brasil**

Entre as diversas definições e concepções da noção de economia solidária, a política pública de economia solidária do governo brasileiro escolheu apoiar as iniciativas de auto-gestão nas quais os meios de produção pertencem aos trabalhadores. Essa concepção inclui as empresas recuperadas e administradas pelos seus assalariados e as cooperativas (SENAES, 2003). Por um lado, essa opção firma uma oposição ao sistema da empresa capitalista, o que constitui um primeiro passo no sentido do reconhecimento do princípio de reciprocidade. Porém, como no caso das estruturas de compartilhamento, o círculo continua fechado: dentro da empresa social auto-gerida funciona a reciprocidade, mas por fora, a venda da produção, e portanto os resultados econômicos, estão condicionados pelas leis de competitividade e de concorrência do mercado de livre-câmbio capitalista (Azambuja, 2005). Nessa proposta de economia solidária existe uma contradição entre reciprocidade (interna a uma idade de

---

<sup>4</sup> Os valores humanos não são culturalmente dados à um grupo, nem específicos de cada indivíduo, como a bondade, ou os cabelos ruivos, são produzidos e reproduzidos por meio de relações de produção, de trabalho, de ação entre pares: a tal “*praxis inter pares*”.

produção) e intercâmbio mercantil (fora da unidade) que precisa ser reconhecida, para poder viabilizar articulações entre os dois sistemas.

Por isso é importante poder identificar, desenhar e fazer reconhecer interfaces entre os sistemas de reciprocidade e os sistemas de intercâmbio capitalista. O papel do Estado e da ação pública sendo, entre outros, organizar a produção de bens públicos ou de interesse geral, caberiam políticas públicas capazes de separar os princípios de intercâmbio e de reciprocidade, mas também de articular as interfaces necessárias entre os dois sistemas.

## Conclusões

As transformações técnicas e econômicas da agricultura, e em particular da agricultura familiar, estão estreitamente ligadas às próprias mudanças sociais e organizativas dos agricultores e às evoluções do ambiente institucional.

No Nordeste Brasileiro, a maioria dos serviços de gestão dos recursos naturais comuns locais ainda é assegurada por dispositivos coletivos de agricultores, herdados ou readaptados das práticas das comunidades camponesas. O funcionamento desses serviços voluntários e gratuitos permanece frágil, em decorrência da falta de meios e das prioridades econômicas sempre mais monetarizadas das famílias rurais. No entanto, sua reprodução e perenização são, às vezes, apoiadas pelos poderes públicos locais. Para manter a parte de responsabilidade coletiva e de relativa gratuidade das prestações dos agricultores, o estabelecimento de contratos via dispositivo local constitui uma primeira alternativa. As relações e estruturas que presidem ao funcionamento desses dispositivos coletivos entre agricultores dependem principalmente de regras de reciprocidade e de redistribuição que concorrem em assegurar a produção de valores de responsabilidade, de equidade, mediante a gestão de recursos naturais comuns e a produção gratuita de bens públicos locais: informação, conhecimentos, referências técnicas, acesso à inovação ou à mercados específicos.

Os casos estudados ilustram a complementaridade entre ações individuais e ação coletiva dos agricultores ao nível de alocação dos recursos e dos meios de produção. Colocam em evidência a importância do reconhecimento público dos atores coletivos, o papel de apoio, orientação, ou pelo contrário de freio a essas dinâmicas territoriais e multifuncionais que a ação pública pode desempenhar.

## Referências Bibliográficas

- Abramovay, R. 1999. "Agricultura e desenvolvimento territorial" - *Reforma Agrária* vols. 28 e 29, nº1: 49-67.
- Abramovay, R. 2002. Desenvolvimento Rural Territorial e Capital Social In: Sabourin E & Teixeira O (eds) *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais, Conceitos, controvérsias e experiências*, Brasília, UFPB, CIRAD, Embrapa, 113-128.
- Almeida P.; Cordeiro A. Sistema de seguridade da semente da paixão. Estratégias comunitárias de conservação de variedades locais no semi-árido. Rio de Janeiro, AS-PTA, 2001. 120p.
- Almeida, P; Tardin J.M.; Petersen, P. Conservando biodiversidade em ecossistemas cultivados In: Seria melhor mandar ladrilhar? Biodiversidade como, para que, porquê, Editoras UnB e Instituto Sócio Ambiental –(ISA), 2002, pp 140-151
- Amman, S.B. 1985. Ideologia do Desenvolvimento de comunidades no Brasil, Cortez, São Paulo, 176p.
- ARTICULAÇÃO SEMI-ÁRIDO PARAIBANO. Programa especial de fortalecimento e ampliação dos bancos de sementes comunitários da Paraíba, Campina Grande, 1999,25p.

- Azambuja, L. R. 2005 Os valores da economia solidária: um estudo sobre a heterogeneidade ideológica de trabalhadores de cooperativas auto geridas In: *XXIX Encontro anual da Anpocs*, Caxambu, 25-29 de outubro 2005; GT 23 - Sociologia econômica
- Berten A. 2003. *Structures, médiations, dispositifs : petite généalogie*. Séminaire INRA Sad-Apt, 29-01-2003, Paris, 15p.
- Caillé A., 2004. Antropologia do dom, o terceiro paradigma, São Paulo, Vozes, 328p.
- Callon, M. ; Lascoumes, P. ; Barthe, Y., 2001. *Agir dans un monde incertain. Essai sur la démocratie technique*, Paris, Seuil, 358p.
- Caniello M.; Tonneau J.P.; Leal F.; Lima J.; Araújo, A. 2003. Projeto Unicampo, Uma universidade camponesa para o semi-árido Brasileiro, Campina Grande, UFCG-Cirad, 16p.
- Chauveau J.P. 1994. Participation paysanne et populisme bureaucratique. Essai d'histoire et de sociologie de la culture du développement. In: Jacob, J.-P., et Lavigne Delville, Ph. Eds, *Les associations paysannes en Afrique*, Apad, Karthala, IUED, p. 25-60
- Diniz. P.C.O. 2002. *Ação coletiva e convivência com o semi-árido: A experiência da Articulação do Semi-Árido Paraibano*. Dissertação de mestrado em sociologia, Campina Grande, UFPB-CH-PPG S, 112 p.
- Duque G.; Cirne, M N R. 2001. Créer des citoyens ou des exclus? Le défi des programmes de secours aux victimes des sécheresses. In Zanon & Lamarche. *Agriculture et ruralité au Brésil : un autre modèle de développement*. Paris: Karthala, 129-144.
- Duque, G.; Diniz, P. C. O. 2003. *Intervenção da sociedade civil organizada com e para a agricultura familiar no Nordeste semi-árido: Experiência da Articulação do Semi-Árido*. In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Campinas: Unicamp. Setembro.
- Duque, G.; Diniz, P. C. O. 2004. *Desenvolvimento territorial no Nordeste: Um método de diagnóstico e planejamento participativa*. In: Raízes, 22, 15 p. UFCG: PPGS (no prelo).
- Duque, G.; Oliveira, M.S.L. 2003 a. *A contribuição dos Fundos Rotativos Solidários para o desenvolvimento sustentável do semi-árido*. Comunicação apresentada no Encontro de Ciências Sociais Norte/Nordeste, Aracaju, agosto.
- Duque G.; Sidersky, P.; Oliveira M S L., 2004. *Fundos rotativos e desenvolvimento local no semi-árido paraibano: Potencial e limites do resgate das tradições de solidariedade*. Aracaju: SBSP, outubro 2004
- Eme B. ; Favreau L. ; Laville J.L. ; Vaillancourt Y (dir) .1996. *Société civile, Etat et Economie Plurielle*, Montreal : CRISES, Paris : CRIDA-LSCI, 325p.
- Estado da Paraíba: Lei N° 7298 de 27-12-2002; Estímulo ao fomento de bancos de sementes comunitários.
- Diário Oficial do Estado da PB, 29-12-2002 Lei n° 7.298 de 27-12-2002. Dispõe sobre criação do Programa Estadual de Bancos de Sementes Comunitários e da outras providências.
- Lagroye J. ; Bastien, F. ; Sawicki, F. 2002. *Sociologie politique*. Paris : Dalloz Presses de Sciences Po, 599p.
- Laville, J.-L.(dir).1994. *L'économie solidaire, une perspective internationale*, Paris Desclée de Brouwer.
- Laville, J. L. 2002. Economia solidária, a perspectiva européia in *Sociedade e Estado* n°16, vol 1-2, Brasília, pp 57-99.
- Mauss, M. "Essai sur le Don", In: *Sociologie et Anthropologie*, Paris, PUF, [1924] 1950.
- Mendras, H. 1976. *Les sociétés paysannes. Eléments pour une théorie de la paysannerie*. Paris, Armand Colin, 281p.
- Ministério de Desenvolvimento Agrário Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Referências para um desenvolvimento territorial sustentável, por M Duncan, Brasília, MDA-SDT-CONDRAF, 2003, 35p.
- Mormont M. 1996. Agriculture et environnement : pour une sociologie des dispositifs, *Economie Rurale*, 1996, 236 : 28-36.

- Oliveira, M. S. O.; Duque, G. 2004. Reciprocidade e sociabilidade no Cariri Paraibano. XXIV Reunião Brasileira de Antropologia, FP 40, Olinda, 12 -15/06/2004.
- Olivier de Sardan, JP, 1995. *Anthropologie et Développement. Essai en socio-anthropologie du changement social*, Paris : Apad-Karthala, 218p.
- Ostrom V., Ostrom E., 1978. Public goods and public choices. In: *Alternatives for Delivering Public Service: Toward Improved Performance*. E.S. Savas (Ed.), Westview Press, Boulder, Colorado, pp 7-49.
- Ostrom E. 1998. A behavioral approach to the rational-choice theory of collective action, *American Political Science Review*. 92:1-22.
- Polanyi, Karl. 1980. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 306 p.
- Polanyi K. ; Arensberg C. 1975. Les systèmes économiques dans l'histoire et dans l'économie, Paris, Librairie Larousse. 1ª edição 1957: Trade and Market in the Early empires.
- Sabourin, E. 1999. *Family farming sustainability and regional economic integration in Brazil: between debate and reality*. In: "Sustainable agriculture and Environment: Globalization & trade liberalisation" Dragun A.K. & Tisdell C. (dir.) Cheltenham, GB, Edward Elgar Editor, 229-245.
- Sabourin E. 2003. Mudanças sociais, organização dos produtores e intervenção externa In Caron P, Sabourin E (eds) *Camponeses do Sertão. As mutações das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil*, Brasília, Embrapa-Sct, Cirad, 2003, 145-178.
- Sabourin E. 2004. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas, *Tomo*, v 7, 2004 (7) : 75-104.
- Sabourin E. 2005. Organização dos agricultores e produção de valores humanos in VII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, Belo Horizonte, 1-3 juin. 2005.
- Sabourin, E.; Caron, P.; Silva. P.C.G., 1995. Enjeux fonciers et gestion des communs dans le Nordeste du Brésil: le cas des vaines pâtures dans la région de Massaroca-Bahia. *Cahiers de la Recherche-Développement* n°42 :5-27.
- Sabourin E. ; Coudel, E. 2004. Multifunctionality of rural spaces and natural resource management: Brazil & France comparison. In: IASCP 2004 International Conference: The Commons in a Age of Global Transition: challenges, risks and opportunities, Oaxaca, Mexico, 9-13/08/, 2004, 12p.
- Sabourin E. ; Djama, M. 2003 . Pratiques paysannes de la multifonctionnalité : Nordeste brésilien et Nouvelle Calédonie. *Economie Rurale* 273-274 pp120-133.
- Sabourin E. ; Sidersky, P. ; Matos, L.C. ; Trier R. 2002 Gestion technique vs gestion sociale de l'eau dans les systèmes d'agriculture familiale du Sertão brésilien, *Sècheresse* 13, 4 274-83.
- Sabourin, E.; Sidersky, P.; Silveira L.; 2003. Farmer experimentation in north-east Brazil: The story of a partnership between smallholders' organisations and an NGO seeking to enhance agricultural innovation in the Agreste region of Paraíba State. In: *Advancing Participatory Technology Development ACP-EU,CTA*, La Haye, 2003,191-207.
- Sabourin E. ; Duque, G. ; Diniz, P.C.O. ; Oliveira, M.S.L. ; Florentino, G. L. 2005. Reconnaissance publique des acteurs collectifs de l'agriculture familiale au Nordeste. *Cahiers Agricultures* 14 (1) : 111-116.
- Sabourin, E; Duque, G.; Mallagodi, E. 2004. Novos atores rurais e multifuncionalidade da agricultura no semi-árido brasileiro: um olhar crítico sobre o período 1998-2002, in *Raízes - Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, Vol 22, n°1, pp 58-72.
- Secretaria de Agricultura da Paraíba Programa de Resgate multiplicação e valorização das sementes da paixão para o fortalecimento dos bancos de sementes comunitários do estado da Paraíba.
- Secretaria Nacional de Economia Solidária. 2003. Programa Economia Solidária em desenvolvimento, Brasília: SENAES-MTD, 2003.

- Singer P. 2002. Introdução à Economia Solidária. São Paulo, Perseu Abramo, 127p.
- Sidersky, P.; Silveira L. 2001. Experimentar com os agricultores. A experiência da AS-PTA na Paraíba. In: *Metodologias de experimentação com os agricultores*, Embrapa, Brasília G Filho (ed). 33-58, série Agricultura Familiar 5.
- Sidersky, P.; Sabourin, E.; Tonneau, J.P. 2004. How do community social dynamics and different social actors relate to social & technical innovations in Semi-arid Brazil? In: XI World Congress of Rural Sociology, Trondheim, Norvège, 25-30 juillet 2004, 15p.
- Temple, D. 1997. L'économie humaine in *La revue du MAUSS* n°10, (1) 1997 :103-109.
- Temple, D. 1998. Les structures élémentaires de la réciprocité *Revue du MAUSS* n°12, (2): 234-242.
- Tonneau, J.P; Silva P.C.G da. 2004. Massaroca: aprendizagem coletiva e desenvolvimento da Agricultura Familiar no sertão da Bahia. *Raízes - Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, Vol 22, n°1.